

# GÊNERO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA

Beatriz Rodrigues Sanchez

Universidade de São Paulo

✉ beatriz.rodrigues.sanchez@gmail.com

**Resumo:** *A atual conjuntura política brasileira trouxe à tona o debate acerca da participação política das mulheres. Diante disso, o objetivo deste artigo é apresentar alguns fatos recentes que demonstram o quanto a política institucional ainda hoje é um espaço de difícil acesso para as mulheres. Este cenário é contrastante com o recente fortalecimento de manifestações feministas de diversas formas que têm ocorrido tanto nas ruas quanto na internet. Além disso, serão analisadas as barreiras institucionais, materiais e culturais existentes que impedem uma representação política justa entre os gêneros.*

**Palavras-chave:** *Gênero; política; representação.*

**Abstract:** *The current Brazilian political conjuncture brought to light the debate about political participation of women. Thus, the purpose of this article is to present some recent facts that show that the institutional politics is still an area of difficult access for women. This scenario contrasts with the recent strengthening of feminist manifestations in various forms that have taken place both on the streets and in the internet. In addition, institutional, material and cultural barriers that impede fair political representation between genders will be analyzed.*

**Keywords:** *Gender, politics, representation.*

“Quem sabe das necessidades e dos interesses das mulheres somos nós mulheres. Não aceitamos que nenhum homem nos substitua para dizer quais são os nossos direitos.” (Luiza Erundida, deputada federal)

A atual conjuntura política brasileira trouxe à tona o debate acerca da participação política das mulheres. Um dos estopins desta discussão foi o fato de o governo interino de Michel Temer não ter indicado nenhuma mulher para ocupar os cargos de chefia dos ministérios. Todos os atuais ministros são homens, brancos, de idade avançada e de classes privilegiadas. Justin Trudeau,

primeiro-ministro canadense, virou notícia no ano passado por ter dividido igualmente os cargos ministeriais entre homens e mulheres. Quando perguntaram para ele a razão dessa decisão, ele respondeu: porque é 2015. No Brasil aparentemente ainda nem chegamos no século XXI.

Outro retrocesso nos direitos das mulheres foi a alteração do status da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres que deixou de ser um ministério e encontra-se agora subordinada ao Ministério da Justiça chefiado por Alexandre de Moraes (PSDB). Fátima Pelaes (PMDB), ex-deputada da bancada evangélica, foi nomeada secretária desta pasta. Em seu histórico, além de ser investigada por corrupção, ela conta com um discurso contra a legalização do aborto mesmo em casos de estupro, direito já previsto pela lei brasileira.

Como se não bastasse, como solução para a cultura do estupro, tema em voga graças ao absurdo caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, em que uma jovem de 16 anos foi estuprada por cerca de 30 homens, Temer propôs o aumento da repressão policial. Ao invés de reconhecer que casos como esse são consequência da estrutura patriarcal de nossa sociedade e que todos os dias mulheres são estupradas, o presidente interino disse que estamos passando por uma “onda de violência contra as mulheres” que pode ser solucionada com o aumento das penas criminais.

Antes mesmo do processo de impeachment da presidenta Dilma, diversos estereótipos de gênero já haviam sido mobilizados para justificar a sua saída. A palavra de ordem “Tchau, querida” utilizada pela oposição ao governo e as capas de revistas que apresentaram Dilma como uma pessoa descontrolada e incapaz de governar são reflexos de como as hierarquias produzidas por concepções de feminilidade e masculinidade ainda estão presentes em nosso imaginário. No entanto, como Simone de Beauvoir já havia nos alertado em sua célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, não há nada de natural

no “ser mulher” que justifique desigualdades de oportunidades entre os gêneros.

Diante de tudo isso, a discussão sobre gênero e política se torna ainda mais relevante. As mulheres brasileiras, apesar de comporem 51% da população e 52% do eleitorado, ocupam apenas 10% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 13% no Senado. A sub-representação das mulheres na política legislativa está diretamente relacionada às diversas formas de dominação masculina. Uma vez que elas não são formuladoras das políticas públicas e das leis que terão impacto direto em suas realidades concretas, acabam se tornando apenas objetos. Isso quer dizer que por estarem ausentes dos espaços tradicionais de deliberação política elas não podem falar por si próprias. Quando apenas homens se reúnem para conversar sobre soluções para a cultura do estupro, por exemplo, percebemos o abismo existente entre as mulheres e a política institucional.

A representação política igualitária entre homens e mulheres, além de ser necessária para o cumprimento das promessas da democracia liberal, tem efeitos positivos para o cotidiano das pessoas. Temas relevantes para os grupos marginalizados da população podem entrar na agenda de discussão parlamentar como ocorreu no caso da tramitação de projeto de lei que culminou na aprovação da chamada Lei Maria da Penha. Se não fosse o engajamento da bancada feminina durante o processo, provavelmente o resultado legislativo teria sido outro. Além disso, com uma maior representação feminina, a política passa a fazer parte do horizonte de possibilidades de outras mulheres, já que elas percebem que a política também pode ser seu lugar.

É importante ressaltar que as diferentes formas de opressão operam conjuntamente na produção dessas exclusões. Os diversos marcadores sociais da diferença como gênero, raça, classe e orientação sexual devem ser compreendidos de maneira interseccional. Os interesses de mulheres negras da

periferia frequentemente são diferentes dos interesses de mulheres brancas de classe média e isso deve ser levado em consideração quando discutimos gênero e política.

A sub-representação das mulheres na política institucional pode ser explicada por uma série de motivos. O financiamento desigual de campanhas femininas e masculinas é um deles. O sistema político de lista aberta que tem como consequência o foco nos candidatos e não nos partidos é outro. Na maioria das vezes, as candidatas possuem menor capital político do que os candidatos e isso prejudica as suas chances de sucesso eleitoral. O recrutamento sexista feito pelos partidos políticos que tem como consequência a existência das chamadas “candidaturas laranjas” também dificulta a inserção das mulheres. Nesse sentido, seria necessária uma reforma do atual sistema político brasileiro, o que, infelizmente, parece estar longe de acontecer tendo em vista a atual composição conservadora do Congresso Nacional.

Para além destes fatores institucionais, existem barreiras materiais e culturais para a participação política das mulheres como, por exemplo, a divisão sexual do trabalho. Historicamente, as mulheres tiveram suas vidas restritas ao mundo doméstico, enquanto os homens sempre ocuparam a esfera pública. Desde cedo as meninas aprendem brincando de boneca que elas serão as responsáveis pelo cuidado com os filhos. Essa divisão sexual do trabalho é refletida na própria atuação política das mulheres que, superando as diversas barreiras, adentram o mundo da política. As parlamentares atuam com maior frequência em comissões parlamentares responsáveis por temas considerados femininos como educação e política social. Os parlamentares homens, por sua vez, estão mais presentes em comissões que discutem temas considerados tradicionalmente masculinos como tributação e economia.

Esse cenário de exclusão da política institucional contrasta com o fortalecimento dos movimentos feministas, tanto nas ruas quanto na internet.

Milhares de mulheres têm se mobilizado em torno de pautas como a legalização do aborto e o fim da cultura do estupro, comprovando que a ausência de mulheres no Legislativo não é fruto da falta de interesses das mulheres por política, mas sim das barreiras estruturais existentes. Diversas *hashtags* utilizadas nas redes sociais recentemente como #meuprimeiroassédio e #meuamigosecreto cumpriram o seu objetivo de tornar públicas as diversas formas de assédio enfrentadas pelas mulheres. Esses movimentos são herdeiros de uma longa trajetória percorrida pelas feministas brasileiras que teve início ainda no século XIX com as sufragistas. Na atual conjuntura política brasileira, as chances de caminharmos no sentido de alcançarmos uma maior igualdade de gênero encontram-se de forma mais evidente fora da política tradicional do que dentro dela.